

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.758.246 - MS (2020/0234440-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LENICE REINALDO VICTOR
ADVOGADOS : HUGO FUSO DE REZENDE CORRÊA - MS014860
MARIA DE FATIMA DA SILVA GOMES - MS066716
AGRAVADO : SANTO ESTANISLAU EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS LTDA
AGRAVADO : ROSSI RESIDENCIAL SA
AGRAVADO : AGLAONEMA EMPREENDIMENTOS S/A
ADVOGADOS : ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694
THIAGO MAHFUZ VEZZI - MS021164A

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por LENICE REINALDO VICTOR contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA – CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – ATRASO NA ASSINATURA DO FINANCIAMENTO – NÃO ENTREGA DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA FINANCEIRA – RESPONSABILIDADE DA VENDEDORA E INCORPORADORA NÃO EVIDENCIADA – REVELIA QUE NÃO IMPORTA NA PROCEDÊNCIA DA DEMANDA – PREQUESTIONAMENTO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Alega a recorrente violação do art. 371 do CPC e do art. 6º, VIII, do CDC, defendendo a nulidade do acórdão, que não teria apreciado devidamente as provas dos autos, tendo sido determinada, inclusive, a inversão do ônus probatório, trazendo os seguintes argumentos:

Com efeito, entende a Parte Recorrente que o r. acórdão viola o art. 371 CPC e 6 VIII do CDC, portanto, os pressupostos de admissibilidade.

Isto posto, à luz do art.105, III, a, da Constituição Federal e do art. 371 CPC e 6 VIII do CDC, determina ser cabível o presente Recurso Especial com meio de alcançar o fim desejado, qual seja, a reforma do acórdão para determinar a nulidade do acórdão, para manter a sentença de primeiro grau que julgou procedente a ação. (fls. 379).

[...]

A facilitação da defesa dos interesses dos consumidores prevista no CDC, é regulada pelo artigo 6º, VIII daquele diploma legal, onde disciplina a respeito da inversão do ônus da prova, estipulando que tais direitos são àqueles considerados básicos ao consumidor.

De suma importância trazer à baila, como tal instituto vem sendo aplicado no atual direito brasileiro, pois em muitos casos os consumidores são lesados e desconhecem como de fato devem proceder na defesa de seus direitos.

O art. 6º do CDC prevê entre seus direitos básicos: "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências."

[...]

Portanto, há desrespeito à lei, na medida em que não se tomou em consideração, como determina o artigo 371 do Código de Processo Civil, os fatos e as circunstâncias constantes dos autos, notadamente aquilo que, no sentir da parte, teria potencialidade de desmentir, expressamente, o quanto disse a decisão.

Destarte, constatada a existência do que não se viu, evidencia-se o desrespeito ao artigo 371 do código de processo civil, de modo a ensejar a interposição de recurso especial. (fls. 379/384).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos ao analisar embargos declaratórios opostos naquela Corte:

Portanto, nem pelos efeitos da revelia, nem pela inversão do ônus da prova está a apelada/autora desobrigada de comprovar, ainda que minimamente, o direito pleiteado, caso contrário, deve a lide ser julgada improcedente.

Aliás, não sendo reconhecida a ilicitude perpetrada pelas apelantes, há de se considerar que a cobrança da dívida com a consequente inscrição negativa no nome da consumidora se justifica pelo exercício regular de direito. (fl. 350)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias

Superior Tribunal de Justiça

ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente